

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER JURÍDICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 220/2021 - 1º TURNO DE
VOTAÇÃO

RELATÓRIO

O Projeto de Lei 220/2021 que “Cria o Programa Educa Mais BH” de autoria dos Vereadores Ciro Pereira e Professora Marli, vem a esta Comissão de Legislação e Justiça, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer jurídico.

Tendo preenchido os requisitos para sua interposição, a presente proposição legislativa foi devidamente recebida pela presidência desta Casa Legislativa e instruído com a legislação correlata pela unidade administrativa competente.

Foi protocolado pedido de diligência dirigido ao Poder Executivo em 24/11/2021, retornando com resposta em 21/12/2021.

Designado relator, passo a analisar o projeto de lei em epígrafe nos termos do art. 52, I, “a” do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

O parecer jurídico a ser exarado por este relator deve observar o aspecto jurídico da proposição legislativa posta a exame. Assim, examinaremos o texto do Projeto de Lei 220/2021 relativamente a juridicidade sobre o aspecto da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, bem como verificar a presença das características comuns às normas jurídicas em geral e o caráter inovador no ordenamento jurídico da norma. Nesse sentido o parecer jurídico a ser exarado por esse relator deve observar a juridicidade como um todo da iniciativa legislativa posta em exame, qual seja, a sua conformação com as regras, princípios, jurisprudência e costumes, portanto, com o Direito.

Passada essa breve explanação, adentremos ao exame dos requisitos acima.

A juridicidade sob o aspecto da compatibilidade da iniciativa legislativa com características exigidas das normas jurídicas, observamos que o projeto de lei em questão é dotado de: generalidade, ou seja, valer para todos sem distinção de qualquer natureza; abstratividade, regulamenta situações abstratamente e não casos concretos; imperatividade, deve ser cumprida e observada por todos; e coercibilidade, a possibilidade de utilizar do aparato e poder estatal para garantir o cumprimento da norma jurídica. Do mesmo modo, o projeto de lei inova no ordenamento jurídico municipal.

Teçamos algumas considerações sobre a proposição legislativa em comento e algumas especificidades trazidas à baila pelo Poder Executivo.

O projeto de lei em tela visa estabelecer no município programa na área de educação por meio do qual seria concedido desconto do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, para as escolas particulares de educação infantil e de ensino fundamental que colocarem à disposição da Prefeitura de

Belo Horizonte vagas gratuitas para estudantes, equivalente ao valor da anuidade do aluno bolsista e aos custos com merenda, material escolar, gasto com pessoal e com estrutura.

Dada a pertinência de uma opinião técnica das áreas específicas do Poder Executivo foi enviada, como já dito, diligência a esse poder municipal para verificação de eventuais óbices e impedimentos técnicos, legais e administrativos ao “Programa Educa mais BH”.

Através da Secretaria Municipal da Fazenda - SMFA e Secretaria Municipal de Educação - SMED, órgãos técnicos e especializados na matéria, foi enviada resposta à diligência solicitada por esta comissão, nas fls. 24 a 33 dos autos do projeto de lei em questão. Conteúdo que incorporamos a este parecer jurídico.

A SMED atestou nas fls. 29, 32 e 33 que:

“1) A Constituição foi recentemente alterada com a inclusão do Fundeb em seu texto (art. 212-A, I). O novo Fundeb, regulamentado pela Lei Federal nº 14.113/2020, prevê a vinculação da apuração do quantitativo de alunos das redes públicas para quantificação dos recursos públicos a serem repassados, conforme seu art. 7º, caput:

(...)

"Art. 7º A distribuição de recursos que compõem os Fundos, nos termos do art. 3º desta Lei, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal e da complementação da União, conforme o art. 5º desta Lei, dar-se-á, na forma do Anexo desta Lei, em função do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial."

(...)

A Constituição, recentemente alterada para inclusão do Fundeb (CRFB, art 212-A, I e a Lei que o regulamenta, Lei Federal nº 14.113/20, art. 7º, caput), veta que alunos matriculados em escolas particulares através de bolsas sejam contabilizados para as bases do Fundeb, sendo, portanto, inviável ao Município sustentar o programa de compra de vagas ora proposto.

2) A Constituição permitiu, lado outro, que a questão de vagas seja enfrentada com financiamento O th O .0 do Fundeb por meio de parcerias com entidades filantrópicas ou associações sem fins lucrativos.

3) O Projeto é também inconstitucional, pois a Constituição diz que o direito à educação é de toda criança, não havendo como criar oferta pública restrita a mais ou menos vulneráveis. O serviço público tem de ser de tal forma que atenda a 100% das crianças, não havendo como, constitucionalmente, criar dois grupos de famílias e de alunos, alguns considerados usuários legítimos das bolsas e outros sem o direito a elas. Ademais, estamos vivendo numa situação econômica tão grave que,

certamente, muitas famílias supostamente não vulneráveis também se encontram em situação difícil para pagamento de mensalidades neste momento.

4) Ainda, há que se considerar que as crianças que hoje estão na fila de espera por vagas não são as mais vulneráveis da Cidade ou da região onde habitam, pelo fato de que nossas vagas já são distribuídas por critérios de vulnerabilidade, levando-se em consideração quesitos de cruzamentos de dados com base SUS e da assistência, conforme descritos no art. 6º da Portaria 52 SMED nº 157/2021 que trata da distribuição de vagas:

"Art. 6º - Para os fins de priorização de matrículas na Educação Infantil, na faixa etária de 0 a 3 anos, e de inclusão no atendimento em tempo integral, nas instituições escolares de Educação Infantil e de ensino fundamental em que for ofertado, será considerada escala de pontuação estabelecida conforme os o R " seguintes critérios de classificação por vulnerabilidade social."

Portanto, como se nota, os alunos que estão no final da fila são aqueles que não se encaixam nessa situação de vulnerabilidade. (grifos nossos)"

(...)

"6) Registramos, portanto, que se fosse o caso de levar os alunos para quaisquer escolas particulares da Cidade, sem preocupação de onde a vaga é ofertada, isso poderia ser feito já com as duas redes (Própria e Parceira) que têm juntas hoje vagas excedentes que superam o número de alunos na fila de espera, o que significa que, se fosse o caso de atendermos em qualquer lugar do Município, indistintamente, fazendo famílias caminharem para grandes distâncias de sua residência, a questão da fila sequer existiria. Não precisaríamos de vouchers para escolas particulares distantes, uma vez que já temos vagas com sobra. Só que elas sobram justamente, porque exatamente naqueles pontos não houve interesse, pois as famílias não têm como levar e buscar as crianças antes e depois de suas jornadas de trabalho por meio de transporte público. Lembramos que não é regulamentado transporte escolar de bebês desacompanhados de pessoa da família. Essas vagas ociosas que já temos e que seriam suficientes para toda a fila de espera em Belo Horizonte, infelizmente, estão em locais onde toda a demanda já foi solucionada e não há mais procura e nem adianta oferecer ali a vaga para famílias que, sabe-se, não conseguiriam se deslocar até onde elas se encontram. Não deteremos mesmo assim como já é de praxe, mas essas remanescentes são rejeitadas da mesma maneira que as particulares seriam por estarem muito longe da demanda das famílias.

Cabe, pois, ressaltar que a vaga próxima da casa é direito previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90, art. 53, V). No entanto, como se trata de fila de espera de bebês, esse direito se torna uma imposição, e o afastamento da escola inviabiliza o acesso.

Portanto, as escolas particulares que, eventualmente, atenderiam ao Programa teriam de estar exatamente no ponto da demanda e hoje não estão” Grifos nossos.

E mais adiante complementa a SMED:

(...)

“Além disso, também seria inconstitucional uma renúncia de receita proposta pelo Legislativo, especialmente, porque, no cômputo dos valores para aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) são previstas as receitas de impostos e transferências constitucionais, visando à aplicação mínima de 25% dessas em Educação, dentre as quais o IPTU. Dessa forma, não há sentido em se retirar recursos da base de cálculo financeiro da aplicação em Educação, como o Projeto indica como sendo essa prerrogativa do Executivo e resguardadas as justificativas cabíveis que não se apresentaram, porque as escolas particulares disponíveis, sequer, estão localizadas em bairros onde temos demandas por vagas, estando configurado, no Projeto, o flagrante favorecimento de um nicho econômico sem qualquer justificativa no interesse público pelas vagas, frisando, inclusive, que vagas - em cantos quaisquer - a Administração já tem para atender a toda a demanda de Belo Horizonte. Há vagas simplesmente. Depois de cinco anos de muito trabalho no avanço, sem igual, desta política, podemos afirmar que sobram vagas e que os problemas pontuais que temos não serão solucionados com compras de vagas no varejo das escolas particulares disponíveis.” (grifos nossos)

(...)

Sobre o assunto, o art. 213 da CF/88 dispõe que:

Art. 213 - (...)

§ 1º - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

(...)

Da leitura da resposta do Executivo e do dispositivo constitucional acima vemos que o programa proposto, apesar da louvável intenção dos seus autores, é inconstitucional. Não tem como ser implementado no município porque os beneficiários do programa em vulnerabilidade social já são prioritariamente atendidas pelas vagas da rede pública, ou seja, os alunos que estão no final da fila não se enquadram no critério de vulnerabilidade proposto, bem como, segundo estudo da SMED ou não existem escolas particulares próximas ao local de residência dos que seriam beneficiários do programa, ou quando existem não estão em condições de atendê-los segundo os critérios técnicos definidos. A garantia de vaga próxima

ao local de residência do aluno é garantia constitucional e do Estatuto da Criança e Adolescente. Se fosse possível ofertar vaga em qualquer lugar da cidade, existe sobra de vagas, sendo desnecessário o *voucher* a ser instituído. Mas como vimos, é vedada tal providência por lei e pela Constituição Federal de 1988.

Dito isso, passemos ao exame da juridicidade matéria sob o aspecto da constitucionalidade.

Desse modo, verificamos que a iniciativa legislativa afronta o princípio da razoabilidade, pois vemos claramente que o programa não é meio adequado a resolver a falta de vagas na educação pelos motivos expostos anteriormente. Da mesma forma, é desnecessária a implantação da medida nos moldes contidos programa na atual realidade de ensino na capital, pois se trata de instrumento com inviabilidade prática de instalação, pois apesar de falta vagas, elas se dão nos bairros em que moram os alunos, onde não existem escolas privadas ou quando existem não tem condições técnicas de atender aos alunos beneficiários. Como já salientamos, se fosse para oferecer vagas em qualquer local da cidade, o que é vedado por lei, a demanda seria suprida pela existência de vagas em profusão.

Por se tratar de programa impertinente e contrário a conveniência, oportunidade e eficiência administrativas afronta também o princípio do interesse público.

Vislumbramos também lesão ao princípio da igualdade, na medida que “ (...) *O serviço público tem de ser de tal forma que atenda a 100% das crianças, não havendo como, constitucionalmente, criar dois grupos de famílias e de alunos, alguns considerados usuários legítimos das bolsas e outros sem o direito a elas. Ademais, estamos vivendo numa situação econômica tão grave que, certamente, muitas famílias supostamente não vulneráveis também se encontram em situação difícil para pagamento de mensalidades neste momento.*” **(trecho da resposta do Executivo a diligência solicitada).**

A iniciativa legislativa não atende, também, ao princípio da eficiência, pois não se demonstra viável administrativamente, juridicamente e economicamente para implantação na atual realidade de ensino da capital, conforme já explanamos. Por esse motivo o art. 37, *caput*, da CF/88 não é atendido pelo projeto de lei.

Por ir contra disposição expressa de lei, acaba por afrontar o princípio da legalidade por não atender ao disposto nos incisos I e II do art. 14 da Lei Federal nº 101/2002. A Lei de Responsabilidade Fiscal. Não atenderam, também, as disposições dos artigos 40 e 41 da Lei Municipal nº 11.308, de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para laboração da LOA 2022 e institui balizas essenciais na elaboração de proposições legislativas que dispõem sobre benefícios fiscais e a renúncia de receitas. Sobre essas afrontas a lei, teceremos comentários mais específicos no tópico a seguir, que é o exame da legalidade da proposição legislativa em tela.

Vemos também afronta ao art.2º da CF/88, que contém o princípios da independência e harmonia entre os poderes, no art. 5º e art. 7º da proposição. Tais dispositivos tratam do poder regulamentar das leis que é próprio do Poder Executivo, não cabendo ao Poder legislativo dispor sobre o assunto, determinar a regulamentação de lei, fixar prazo para tal ou dizer que cabe ao Executivo disciplinar esta ou aquela matéria.

Finalmente, vemos ofensa ao § 1º do art. 213 da Constituição Federal de 1988 - CF/88, transcrito acima em tópico anterior, por ser um programa que traz a concessão de bolsa de

estudo em escolas particulares da cidade visando suprir vagas, mas deixa em aberto a possibilidade de optar por vagar em qualquer local. Não levando em conta a especificidade exigida em lei: as vagas ofertadas aos alunos devem serem próximas ao local de moradia. Não existe outra opção.

Desse modo, entendemos que o projeto de lei em questão é inconstitucional pelos fundamentos acima elencados.

Com relação à juridicidade sob o aspecto da legalidade, temos que a legalidade de uma proposição legislativa se manifesta pela ausência de contrariedade da iniciativa legislativa com a legislação infraconstitucional em geral, como as leis gerais federais, as leis estaduais que dizem respeito à matéria, a lei orgânica municipal e demais leis municipais. Entretanto, não é o que ocorre no presente caso.

A proposição legislativa afronta a Lei Federal nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Municipal nº 11.308, de 2021. A primeira lei é afrontada na medida em que os autores não observaram o disposto no seu art. 14, I e II. Valemos mais uma vez do trazido pela área técnica do Poder Executivo, agora a Secretaria Municipal da Fazenda :

(...) “Em que pese as elevadas intenções dos autores da iniciativa legislativa em exame, salientamos, de plano, que a instituição de benefício fiscal que implique na concessão ou ampliação de benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, tal como a previsto na proposição em exame, deveria estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das condições previstas nos incisos I e II do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e ainda:

“I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetar as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.”

Nesse sentido, posto que a medida não foi considerada na lei orçamentária, não vislumbramos a possibilidade jurídica da sua implementação sem a necessária demonstração da compensação com o aumento de receita, em cumprimento à segunda condicionante acima especificada, de forma a não impactar o equilíbrio fiscal das contas do Município.” Grifos nossos. (...)

Já em relação a Lei Municipal nº 11.308/2021, os autores não observaram o exigido em seus artigos 40 e 41:

Art. 40 - Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, atenderão ao disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal no 101/00, devendo ser instruídos com:

I - demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal e primário;

II - demonstrativo evidenciando os benefícios de natureza econômica ou social.

§ 1º - A renúncia de receita decorrente de incentivos fiscais em todas as regiões da cidade será considerada na estimativa de receita da lei orçamentária.

§ 2º - As proposições que criem ou prorroguem benefícios tributários devem estar acompanhadas dos objetivos, metas e indicadores relativos à política pública fomentada. (grifo nosso)

§ 3º - O Poder Executivo adotará providências com vistas a elaborar metodologia de acompanhamento e avaliação dos benefícios tributários, incluindo o cronograma e a periodicidade das avaliações, com base em indicadores de eficiência, eficácia e efetividade;

§ 4º - Os projetos de lei aprovados que resultem em renúncia de receita em razão de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial, ou que vinculem receitas, deverão conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos. (grifo nosso)

Art. 41 - Qualquer projeto de lei que resulte em aumento de tributos deverá estar acompanhado de estudo de impacto orçamentário/financeiro e ser apresentado à sociedade em audiência pública, a ser convocada pela Comissão de Orçamento e Finanças Públicas da CMBH.

Assim, somos pela ilegalidade da proposição legislativa em tela.

Quanto à juridicidade sob o aspecto da regimentalidade prevista no art. 99 do Regimento Interno desta Casa, não vislumbramos afrontas ao regimento na presente proposição legislativa em questão.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opino pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 220/2021.

Belo Horizonte, 02 de fevereiro de 2022.


VEREADOR REINALDO GOMES PRETO SACOLÃO
Relator



PARECER EM TURNO ÚNICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 226/2021
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 226/2021 de autoria do nobre Vereador Wanderley Porto, que ***"Dá o nome de Rua Paulo Murilo de Lima Naves à Rua Quatro, no Bairro Serrano, Belo Horizonte - MG, CEP: 30882-665"***.

Nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, foi o mesmo distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar o Projeto sob o ***aspecto jurídico*** e de ***mérito***.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com os termos regimentais.

FUNDAMENTAÇÃO

1) Preliminarmente

Antes de adentrarmos na análise do Projeto propriamente dita, cumpre salientar que fora encaminhada proposta de diligência pela Comissão de Legislação e Justiça ao Poder Executivo, a fim de que o mesmo emitisse parecer acerca da pretendida nomeação de próprio público municipal, no que tange às condições de sua viabilidade, nos termos da Lei 9.691/2009.

Nos termos da resposta constante nas fls. 20-24 dos autos do Projeto, verifica-se a existência de impedimento para adoção do nome de Rua Paulo Murilo de Lima Naves ao logradouro que menciona no Bairro Serrano.

PROJ. DE LEI Nº 226/2021 - 1985-6114-07-50-2022-1035-0003-1/2



Foi informado pela Secretária Municipal de Política Urbana que o nome proposto, qual seja, "*Paulo Murilo de Lima Naves*", ultrapassa o limite de 3 (três) palavras previsto no art. 17 da Lei 9.691/09:

Dito isto, passemos aos fundamentos de nosso parecer.

2) Do aspecto jurídico

Nesse tópico, analisaremos se o presente Projeto está em conformidade com as normas e as leis do ordenamento jurídico pátrio.

Para tanto, devemos inicialmente verificar se o mesmo é **constitucional**.

A chamada **inconstitucionalidade por ação** (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma *compatibilidade vertical* das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (*normas inferiores*) com a Constituição (*norma superior*), pode se dar sob dois aspectos, **formal** e **material**.

A **inconstitucionalidade formal** refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a



competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A **inconstitucionalidade material** ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal e no que diz respeito aos municípios, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que cabe aos municípios, legislar de maneira concorrente sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.



Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Assim, semelhantemente em nível Estadual, é outorgado aos municípios a competência para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Já no art. 2º da nossa Carta Magna está consagrado o princípio da separação dos poderes:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Tal entendimento também é ratificado pelos arts. 6º e 173, §º da Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Art. 173 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.



Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva ou privativa delimitada expressamente pela Constituição Federal.

Tendo em vista tais disposições e em análise ao conteúdo do Projeto de Lei 226/2021, verifica-se que o mesmo não adentra em matéria de competência privativa do Executivo.

Assim, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais, atendendo, dessa forma, a observância ao aspecto relacionado a competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei 226/2021.

No que se refere ao aspecto jurídico, temos que os Projetos de Lei devem ser analisados sob o prisma dos **atributos da norma legal**, da **legalidade**, da conformidade aos **princípios jurídicos** e da **técnica legislativa**.

Para que a lei seja considerada como **norma legal**, a mesma deve possuir determinadas **características/atributos**, quais sejam, a novidade, a abstratividade, a generalidade, a imperatividade e a coercibilidade. Verifica-se no Projeto de Lei 226/2021, a presença de todos os citados requisitos.

Pela **legalidade**, os atos legislativos devem estar em acordo com as leis vigentes, ser adequados as mesmas e devem ser verticalmente congruentes ao arcabouço legal nos níveis federal e estadual (Minas Gerais). Assim, além de estar em sintonia com as legislações superiores, temos que o PL 226/21 está em sintonia com os arts. 7º e 11 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:



II - legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.

Ainda no âmbito da legislação municipal, o PL 226/21 respeita as determinações constantes nos artigos 21, 22, 24 e 29 da Lei 9.691/09 que "*Dispõe sobre identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel urbano e dá outras providências*", tendo em vista que o mesmo foi instruído com os documentos exigidos.

Entretanto, conforme bem observado pela Secretária de Municipal de Política Urbana, o nome "*Paulo Murilo de Lima Naves*" ultrapassa o limite de 3 (três) palavras previsto no art. 17 da Lei 9.691/09:

Art. 17 - O nome outorgado a próprio público e a passagem poderá apresentar até 3 (três) palavras, excetuadas as partículas gramaticais. (grifo nosso)

Tendo em vista tal constatação, apresentamos emendas ao final deste parecer para sanear a questão.

Os ***princípios jurídicos*** ou ***princípios gerais de direito*** são axiomas normativos de valor genérico que orientam a compreensão do ordenamento jurídico, para sua aplicação, integração e para a criação de novas normas.

Os ramos do Direito possuem princípios específicos que os caracterizam, os quais, portanto, devem ser observados pelas proposições legislativas.



No que concerne a matéria tratada pelo Projeto de Lei 226/2021, verifica-se que o mesmo respeita os princípios jurídicos, dentre os quais destacamos o da **impessoalidade**, que estabelece o dever de imparcialidade na defesa do interesse público, impedindo discriminações e privilégios indevidamente dispensados a particulares no exercício da função administrativa.

Por **técnica legislativa** ou nos termos do Regimento Interno dessa casa, **regimentalidade**, entende-se como o conjunto de procedimentos e técnicas redacionais específicas para a elaboração dos textos legais, para que tanto o conteúdo quanto a forma da norma gerada expressem a exata e inequívoca vontade do legislador.

Temos que o PL 226/2021 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal, verificando-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa, estilo parlamentar e não constitui matéria prejudicada.

Nestes termos, votamos pela **juridicidade** do Projeto de Lei 226/2021, **com apresentação de emenda**.

3) Do mérito

Temos, sobre a análise de mérito no âmbito da Comissão de Legislação e Justiça conforme o art. 52, I, "b" do Regimento Interno desta casa, especificamente em relação a denominação de próprios públicos, que tal exame deve se ater sobretudo a admissibilidade das razões apresentadas pelo Autor do Projeto.



Dito isto, ao ler a justificativa apresentada pelo autor do PL 226/2021, temos que Paulo Murilo de Lima Naves foi um grande empreendedor belo-horizontino, tendo fundado a Casa do Médico, o Cine Paladium, os hotéis Del Rey e Othon Palace, sendo também um dos fundadores do clube Jaraguá na Pampulha. Foi ainda diretor do Banco do Comércio e Indústria.

Enfim, deixou um grande legado para nossa cidade.

Assim, tendo por justas as razões e as informações apresentadas pelo Autor na justificativa do Projeto, consideramos ser devida a homenagem que se pretende fazer ao falecido senhor Paulo Murilo de Lima Naves.

Dito isto, no que diz respeito ao exame do mérito, opino pela aprovação do Projeto de Lei 226/2021.

4) Das Emendas

Conforme mencionado anteriormente, em razão do nome pretendido ao próprio público possuir mais de 3 (três) palavras, se faz necessária a devida adequação para que o Projeto atenda aos requisitos de juridicidade, tendo em vista as determinações da Lei Municipal 9.691/09.

Assim, em contato com o Autor do Projeto 226/2021, o mesmo definiu que o nome a ser outorgado ao próprio público poderia ser "Paulo de Lima Naves", o que atende à determinação do art. 17 da Lei 9.691/09.

Desta forma, as Emendas apresentadas visam tão somente efetuar tal alteração a fim de que o Projeto possa com êxito, alcançar sua finalidade.



5) Conclusão

Diante do exposto, meu parecer e voto, é pela ***juridicidade*** e ***aprovação*** do **Projeto de Lei 226/2021 com apresentação de emendas**.

Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 2022.



Vereador Jorge Santos

Relator



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 226/2021

A Ementa do Projeto de Lei 226/2021 passa a ter a seguinte redação:

“Dá o nome de Rua Paulo de Lima Naves a Rua Quatro, no Bairro Serrano, Belo Horizonte - MG, CEP: 30882-665.”

Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 2022



Vereador Jorge Santos

Relator



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 226/2021

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei 226/2021:

“Art. 1º - Fica denominada Rua Paulo de Lima Naves a Rua Quatro, no Bairro Serrano, Belo Horizonte - MG, CEP: 30882-665.”

Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 2022


Vereador Jorge Santos

Relator